

RESENHA AUSTIN, PETER & SALLABANK, JULIA. 2011. THE CAMBRIDGE HANDBOOK OF ENDANGERED LANGUAGES. CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. 567 PÁGINAS.

Suzi Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro/ University of Toronto)

A discussão sobre revitalização linguística é uma das mais relevantes para especialistas em línguas minoritárias. Desde o *Green Book of Language Revitalization in Practice* (Leanne Hinton e Ken Hale), outras publicações retomaram o tema, reavivando o debate: *How to Keep your language alive: a commonsense approach to one-to-one language learning* por Leanne Hinton; *Saving Languages: an introduction to language revitalization* por Lenore A. Grenoble e Lindsay J. Whaley; *When the Languages Die: The Extinction of the World's Languages and the Erosion of Human Knowledge* por K. David Harrison e a revista online de acesso gratuito *Language Documentation & Conversation* cujo primeiro volume data de 2007¹.

O livro *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*, organizado por Peter Austin e Julia Sallabank, é uma leitura essencial para pesquisadores interessados em iniciar um trabalho de revitalização linguística, uma vez que considera diferentes dimensões desse tipo de empreitada. Austin e Sallabank são linguistas do SOAS, da *University of London*, e especialistas no tema em pauta.

Estruturado em quatro partes (Parte 1: Línguas em perigo; Parte 2: Documentação linguística; Parte 3: Respostas; Parte 4: Desafios), o livro conta com um total de vinte e três artigos escritos por especialistas nas áreas de documentação e revitalização linguística.

Na primeira parte, sete artigos exploram, de forma bastante didática, questões básicas relativas à categoria “línguas em perigo”, com ênfase na definição de conceitos. O artigo de Lenore Grenoble (“*Language Ecology and Endangerment*”) discute os fatores que desencadeiam o processo de perda

1 <http://nflrc.hawaii.edu/ldc/>.

linguística e as nuances nele encontradas. Desta perspectiva, a autora explora a noção de ecologia linguística, caracterizada como “*the relationship between languages and the people who speak them (...) the field of language ecology studies the interrelationships between speakers and their languages as situated in their full (contemporary and historical) context*” (Grenoble 2011; 30); neste capítulo também se discutem outros conceitos básicos do campo, tais como: perda linguística (*language loss*), mudança linguística (*language shift*) e atrito de línguas (*language attrition*). A autora observa que, quando se fala em perda linguística, o caso mais comum é o de mudança gradual. O artigo explora as razões para essas mudanças em uma comunidade de fala, o que inclui o deslocamento social ou cultural de falantes de línguas minoritárias, bem como situações onde lideranças locais perdem seu *status* e as influências sócio-políticas em uma determinada comunidade (Grenoble 2011; 34). Um ponto crítico para Grenoble é a necessidade de reconhecer a ecologia linguística de uma comunidade de forma a ser possível identificar os fatores que motivam a mudança linguística para, assim, desenvolver ações adequadas ao contexto sociolinguístico específico. Outra contribuição relevante do capítulo, sobretudo para iniciantes, é a discussão das estratégias para avaliar o nível de perigo ou ameaça que caracterizaria uma língua, e a descrição dos seis níveis nos quais uma língua pode ser classificada: segura, em risco, desaparecendo, moribunda, quase extinta, extinta (Grenoble 2011; 40).

O artigo de Colette Grinevald e Michel Bert (“*Speakers and communities*”) enfatiza o fator humano no processo de documentação linguística; em particular, como o papel dos membros da comunidade de fala e de acadêmicos tem se transformado historicamente. O objetivo é discutir os diferentes perfis de falantes de línguas em perigo. Os autores discutem noções como falante fluente, semi-falante, falantes terminais e últimos falantes. Um elemento interessante e salientado pelos autores é a dinâmica existente, em uma comunidade, em relação à língua em perigo, já que isso afeta diretamente seus falantes. Desta forma, é fundamental considerar a vitalidade de uma língua e o aumento da proficiência de seus falantes, o que sugere a importância da reavaliação da proficiência dos falantes em diferentes etapas de um projeto de revitalização. Com um estilo bastante didático, qualidade geral do livro, Grinevald e Bert discutem os diferentes tipos de atuação de falantes de línguas em perigo em projeto de documentação e revitalização. Os autores mostram a diversidade de atuações determinadas por distintos motivos e que o linguista em campo precisa considerar uma pluralidade de metodologia dependendo de seus objetivos (documentação de diferentes tipos de textos orais, dicionários) e saber adaptar estas metodologias para contextos diferentes e para membros da comunidade com habilidades diferentes (ativistas linguísticos, pessoas com mais facilidade em fazer considerações metalinguísticas, sabedores de histórias tradicionais, etc.) (Grinevald e Bert 2005; 53). Há, então, uma considerável diversidade no que concerne as interações entre linguistas e membros das comunidades, lá onde observamos, historicamente, o empoderamento dos falantes de línguas minoritárias:

(...) Cameron originally suggested that over the second half of the twentieth century the way fieldwork was conducted followed an evolution through various stages. The traditional method of fieldwork on the language had evolved by the 1970s to a more activist stand on fieldwork for the speakers and their communities, then developed into a collaborative framework of fieldwork with speakers, typical of the empowerment and action-research approach of the 1990s. This concept of an evolving fieldwork framework was applied to

fieldwork on endangered languages by Craig (1993) and Grinevald (1997), and a final step in the empowerment process was added, at the request of interested parties, with the notion of work by the speakers themselves (Grinevald 2002, 2007; echoed in Rice 2006).

(Grinevald & Bert 2005; 62)

Dos aspectos abordados pelos autores, este talvez seja um dos mais relevantes para iniciantes no trabalho com línguas em perigo. O que os autores chamam de “nova linguística” tem sido uma postura de empoderamento dos ativistas linguísticos das comunidades. Assim, acadêmicos (ativistas linguísticos externos às comunidades nos termos de Florey 2008) dão suporte aos membros das comunidades sem apagar o seu protagonismo no processo de documentação. Além disso, essas mudanças têm tido profundo impacto nos princípios da ética em pesquisa e nos métodos usados no trabalho de documentação.

O capítulo de David Bradley (“*A survey of language endangerment*”) apresenta um panorama das línguas em risco no mundo a partir de avaliações extensivas feitas por pesquisadores como Brenzinger 2007 e Moseley 2007 (*apud* Bradley 2011; 66), assim como a partir de edições do Ethnologue (Gordon 2005, Grimes 1992, Lewis 2009 *apud* Bradley 2005; 66). O autor discute estudos de caso na Ásia e enfatiza que, de modo mais geral, estatísticas e listas quantificadas devem ser tratadas com extrema precaução (Bradley 2011; 75). Diversos fatores podem influenciar os resultados obtidos e que fundamentam tais avaliações, como, por exemplo, a identidade do entrevistador dos membros na comunidade (líderes comunitários, autoridades locais, linguistas, antropólogos, etc.). O autor salienta que a atuação de equipes mistas, com especialistas de diferentes áreas, é crucial, sendo vários tipos de medidas devem ser considerados:

“Surveys should ideally take into account models for investigating the degree of linguistic differences, such as intelligibility testing, quantitative and other techniques for investigating the degree of genetic linguistic relationships, such as cladistics (Huson 1998) applied to lexical, phonological and morphosyntactic differences, measures of difference within cognate lexicon following Levenshtein (1966) or other models, and so on. It is also most important to be aware of and document the contact effects which are likely during the process of language shift, as further discussed by O’Shannessy (Chapter 5).”

(Bradley 2005; 77)

Carmel O’Shannessy (“*Language contact and change in endangered languages*”) explora as consequências do contato linguístico em diferentes níveis: do contato casual, caracterizado por empréstimo de palavras, a situações de “forte pressão cultural”, onde a língua minoritária é afetada em sua estrutura (Thomason e Kaufman 1988, Winford 2003 *apud* O’Shannessy 2005; 81). O’Shannessy também aborda a questão da mudança de código (*code-switching*) em sociedades bilíngues e multilíngues, salientando propriedades linguísticas (variação intra- e inter-sentencial) e razões sociais para as mudanças de código (identidade, nuance de significado, acomodação do código escolhido pelo interlocutor, etc. - O’Shannessy 2005; 83). Este capítulo em particular é uma revisão detalhada

da literatura sobre mudança linguística em contextos multilíngues e explora, entre outras questões, o surgimento de línguas crioulas e línguas mistas. Para a autora considera fatores linguísticos para explicar fenômenos como a mudança interna das línguas e similaridades tipológicas (cf. O’Shannessy 2005; 88-91, seção 5.2.2.) e fatores sociais e psicológicos nos processos de mudança induzida por contato, entre os quais o status sociopolítico das línguas, história e duração do contato, nível de proficiência e atitudes dos falantes em relação à sua língua (O’Shannessy 2005; 95). É preciso ressaltar que a autora procura mostrar que o contato linguístico não acarreta, necessariamente, em mudança, questão ilustrada com dados de línguas indígenas da América do Norte, que não incorporam necessariamente muitos elementos do inglês (Thomason 2008: 8 *apud* O’Shannessy 2005; 91). Contudo, a interação entre fatores políticos e sociais é determinante no fenômeno da oscilação entre o uso da língua dominante e o uso da língua minoritária.

O’Shannessy discute, também, as escolhas feitas por linguistas em projetos de documentação linguística, que, muitas vezes, concentram seus esforços nos aspectos mais ameaçados, como é o caso de diferentes tipos de conhecimento tradicional, enquanto a presença de línguas crioulas e línguas mistas recebe pouca atenção (O’Shannessy 2005; 98). Esta é, sem dúvida, uma consideração relevante para documentaristas e ativistas da linguagem: reconhecer estas variedades para contemplá-las nesses projetos é talvez o próximo passo da maioria dos projetos que tem se concentrado, até o momento, apenas na fala dos anciões e no conhecimento tradicional, tanto na América do Norte como no Brasil. A valorização e o registro dessas variedades fazem com que projetos de documentação sejam essenciais não somente para a sobrevivência de línguas minoritárias em si, mas também para o aprimoramento de tipologias e teorias linguísticas. O capítulo de Naomi Palossaari e Lyle Campell (“*Structural aspects of language development*”) discute o valor da documentação linguística para a linguística teórica, a partir de exemplos nas áreas da fonologia, da morfologia e da sintaxe.

As múltiplas relações entre língua e cultura são o foco do capítulo de Lev Michael - “*Language and Culture*” -, introduzindo o leitor a diferentes teorias, tais como a etnografia da comunicação, a socialização da linguagem, a emergência da etnopragmática, teorias semióticas da linguagem, a teoria da prática comunicativa, etnosemântica, etnosintaxe. Particularmente importante é a parte que trata da etnografia da comunicação, definindo seus objetivos tanto em termos da caracterização do repertório verbal das comunidades, quanto em termos da caracterização das formas de falar em um evento particular (Michael 2011; 127). Outro ponto de relevo é a discussão da emergência do campo da etnopragmática, onde sugere-se a necessidade de relativizar as conhecidas máximas de Grice, ou seja, as normas que regem a comunicação numa determinada sociedade. Problematisa-se, assim, os limites da documentação linguística, dado que o uso de qualquer língua está inexoravelmente associado a práticas culturais.

O capítulo de Bernard Spolsky (“*Language and Society*”) conclui a primeira parte do livro, com a exploração de uma série de categorias essenciais para compreender uma língua em seu contexto social: línguas clássicas, vernaculares, normas, dialetos, pidgins, línguas crioulas, línguas artificiais, bem como termos relacionados quais diglossia e atrito. Uma parte particularmente interessante do

texto, sobretudo para um leitor mais familiarizado nesses temas, é a discussão sobre práticas de linguagem, crenças ou ideologias linguísticas de uma comunidade de fala (Spolsky 2011; 148). Estes tópicos são importantes principalmente porque, como salienta o autor, é crucial refletir sobre as forças envolvidas na manutenção de uma língua. Em outras palavras, é necessário considerar a situação globalmente e não concentrar esforços apenas na documentação linguística estrita, com foco quase exclusivo na dimensão gramatical.

Na segunda parte do livro, o leitor encontra discussões sobre diversos aspectos da documentação linguística *per se*. Anthony C. Woodbury, no capítulo “*Language documentation*”, explora alguns dos fundamentos desse novo ramo da linguística (armazenamento e disseminação dos resultados) e enfatiza em particular a necessidade de avaliar e coordenar os interesses das comunidades envolvidas neste tipo de projeto, assim como a compreensão das particularidades de cada contexto.

“*Speakers and language documentation*” é o título do capítulo de Lise M. Dobrin e Josh Berson, alinhado à discussão de Colette Grinevald e Michel Bert no capítulo “*Speakers and communities*”. Os autores abordam as mudanças históricas nas relações entre pesquisador e falantes de línguas objeto de documentação, tendo em vista a tendência de tornar tais relações de poder mais igualitárias. A capacitação (*training*) de pesquisadores indígenas em técnicas de documentação é uma atividade e um objetivo salientados pelos autores, já que é vital não apenas para benefício do próprio linguista, mas para transferir *authorship/ownership* para os falantes.

Os capítulos finais da segunda parte do livro – “*Archiving and language documentation*” por Lisa Conathan, “*Data archiving and language documentation*” Jeff Good e “*Digital archiving*” por David Nathan - exploram aspectos básicos do trabalho com dados (gravação, transcrição, metadados) e, principalmente, a estrutura e a importância dos arquivos que armazenam os materiais registrados em um projeto de documentação. O capítulo de Nathan (“*Digital archiving*”), em particular, explora as complexidades estruturais e operacionais de arquivos digitais, tais como: 1) políticas de acesso, 2) *backup*, 3) segurança, 4) recuperação de conteúdo em contexto de desastre, 5) financiamento para manter o acervo. Isto é, o artigo enfatiza a importância de *standards* no processo de trabalho com arquivos digitais, visando qualidade, interoperabilidade e integridade das coleções (Nathan 2011; 263).

Na terceira parte do livro – “Respostas” - seis artigos adentram questões associadas a políticas linguísticas, revitalização, ortografia, lexicografia, e o uso de tecnologias no contexto de línguas minoritárias. O capítulo de Júlia Sallabank (“*Language policy for endangered languages*”) desmistifica o conceito de ‘política linguística’, salientando que o termo não deve ser apenas associado a medidas governamentais, já que políticas linguísticas podem ser implementadas em qualquer nível, incluindo o individual e o familiar (Sallabank 2011; 278). A autora apresenta a noção de *corpus planning* como sendo composta pela documentação linguística, pelo desenvolvimento de ortografias e pela produção de materiais (dicionários, gramáticas, materiais para aprendizado linguístico). Estes elementos, salienta a autora, são essenciais para o desenvolvimento de estratégias de educação linguística em uma comunidade de fala (Sallabank 2011; 279). Sallabank reconhece as polêmicas em torno

da criação de ortografia para comunidades denominadas de ‘ágrafas’ e da standardização de uma língua; sabe-se que a escolha de uma variedade particular pode afetar a vitalidade de dialetos não contemplados diretamente em escolhas ortográficas. O reconhecimento político/oficial de uma língua é outro ponto discutido por Sallabank, já que ele, muitas vezes, acaba tendo um caráter “simbólico ao invés de funcional” (Sallabank 2011; 280). Trata-se do chamado ‘planejamento de prestígio’, ou seja, “*activities aimed at promoting a positive view of a language from those concerned with political status or functions*” (Sallabank 2011; 283). O capítulo de Serafin M. Coronel-Molina e Teresa L. McCarty (“*Language curriculum design and evaluation for endangered languages*”) complementa esta discussão ao explorar questões sobre desenvolvimento de currículo e avaliações no contexto de planejamento e políticas de língua em uma comunidade.

A revitalização linguística é o cerne da contribuição de Leanne Hinton (“*Revitalization of endangered languages*”). Em um projeto desta natureza, diz a autora, é crucial ensinar a língua para aqueles que não a sabem, assim como ampliar os contextos de uso da língua para além do contexto de aprendizagem, nos âmbitos da comunidade e no interior das famílias. Parte do capítulo discute o segundo destes objetivos, que acarreta na disseminação da língua para membros de uma comunidade de diferentes gerações. Aponta-se a existência de escolas para revitalização linguística, o que inclui a conhecida ‘educação bilíngue’, melhor sucedida se baseada no modelo de imersão (Hinton 2011; 298). A partir de uma série de exemplos, principalmente de situações de sucesso na América do Norte, a autora salienta algumas orientações para os envolvidos diretamente nesse trabalho:

1. work together at least ten to twenty hours per week;
2. leave the majority language behind. All communication between master and apprentice should take place in the target language, even to the point of frustration;
3. make yourself understood by nonverbal communication such as gestures, facial expressions, props, actions and activities, which is the same way that children learn their first language;
4. focus on listening and speaking, rather than reading and writing;
5. use the language in the context of real activities and real communication. Choose activities that help make language use fun;
6. the apprentice should be a proactive learner. They should elicit words and phrases in the target language, suggest activities, bring props, learn to ask (without using any of the majority language) for repetition or other help, and learn to remind the master to stay in the language;
7. for the master, learn to correct without criticizing. For the apprentice, learn to take correction positively.

(Hinton 2011; 304)

Hinton (2011; 306) revela otimismo ao mostrar exemplos de revitalização de línguas das quais não há mais falantes, mas que foram objeto de alguma descrição. Para a autora, é crucial o papel dos ativistas,

geralmente membros da comunidade, que colaboram na manutenção de um projeto de revitalização através de gerações. Essa questão é particularmente atual no Brasil, dados os projetos em andamento sobre revitalização linguística no país (Franchetto, Nonato e Camargo 2014), muitos deles a partir de línguas com semi-falantes (por exemplo, o Guató, em Franchetto, Godoy, Alves e Balykova Ms.)

A complexidade do processo de elaboração de ortografias, que não depende apenas de fatores linguísticos, é tratada no capítulo de Friederike Lüpke (“*Orthography development*”). Aqui, é explorado o conceito de digrafia (em analogia a diglossia) para falar de comunidades linguísticas que fazem uso de mais de um sistema de grafia, sendo que, geralmente, um desses sistemas é dominante (sincrônica ou diacronicamente). A autora aponta que a variabilidade na escrita dificilmente pode ser revertida uma vez estabilizada. O fenômeno da exografia faz parte das preocupações de Lüpke; trata-se de casos em que um sistema ortográfico em uma língua diferente da língua minoritária é usado em contextos de escrita formal (Lüpke 2011; 318). A autora enumera o que considera essencial no estabelecimento de uma ortografia bem-sucedida, entre os quais ressaltamos a produção de dicionários para facilitar a consolidação da própria ortografia (Lüpke 2011; 322). Este ponto é particularmente relevante para o contexto brasileiro, onde grande parte das línguas indígenas possui uma ortografia, mas poucas delas possuem um dicionário em uso nas aldeias. Em outras palavras, uma das dificuldades enfrentadas no Brasil por muitas línguas minoritárias que têm uma ortografia pode ser consequência da ausência de dicionários disponíveis para a consulta nas comunidades (e que tenham sido elaborados a partir do perfil de usuários da comunidade).

O capítulo de Ulrike Mosel (“*Lexicography in endangered language communities*”) complementa a discussão de Lüpke, ao abordar justamente a criação de bases de dados lexicais. Entre as questões presentes, estão a definição do perfil do público que usará a base de dados e o formato da base de dados (impressa ou digital). Mosel também discute a escolha ou seleção dos dialetos: “*Which dialect is the most viable and is used in the greatest range of speech situations? Are there children or young people who still use the dialect? Which dialect is the most widespread? Where do the linguists find the most cooperative people? Where are the best native language experts? And where are the best living conditions?*” (Mosel 2011; 340). A autora recomenda a inclusão de informações ortográficas (caso não exista uma gramática a ser produzida concomitantemente ao dicionário) e sensibilidade na inclusão de certas palavras (obscenas, tabus, termos de rituais ou associados a um conhecimento tradicional que não deve ser tornado de domínio público). Outras questões investigadas no capítulo são os modos de realizar elicitaciones para um dicionário, que incluem a tradução a partir de uma lista na língua franca, mas também técnicas que não são pautadas em tradução, como criação de listas a partir de itens extraídos de um corpus e observação do participante (Mosel 2011; 343). Acrescente-se, ao cardápio de tópicos discutidos, aspectos da escrita das entradas lexicais, informação sobre morfologia flexional e derivacional, definição, exemplos, inclusão de expressões idiomáticas e provérbios, etimologia.

Das sugestões apresentadas por Mosel, salienta-se o rendimento de transformar um banco de dados lexicais em pequenos dicionários a partir de temas, valorizando o vocabulário especializado de conhecimentos específicos, relativos a, por exemplo, fauna e biodiversidade, que podem se perder

mais facilmente no caso de línguas ameaçadas. Em conclusão, os linguistas, que estejam trabalhando com línguas minoritárias, são encorajados a não esperarem que o primeiro dicionário seja perfeito. Um trabalho que reconheça as suas limitações e que permita, ao mesmo tempo, o avanço na documentação de uma língua pode ser muito benéfico na tarefa de manutenção de uma língua. Desta forma, a ênfase não é apenas no produto final, mas no processo de elaboração de um dicionário, que pode ter um efeito significativo na manutenção linguística.

Gary Holton – no texto “*The role of information technology in supporting minority and endangered languages*” - encerra a terceira parte do livro, mostrando que produtos multimídia - como sites temáticos onde predomine a língua minoritária e ameaçada - podem ser usados para manutenção e revitalização linguísticas. O autor enfatiza a necessária cautela que é preciso ter na produção desses materiais, de modo que eles priorizem o uso contextualizado da língua e promovam “*cultural fluency*” (Holton 2011: 383). Não falta, neste capítulo, a menção a dicionários eletrônicos, a partir da discussão da estrutura de programas como *Lexique Pro* e *Kirrkirr*. Este último é considerado uma ferramenta melhor por permitir que seus usuários naveguem por uma rede semântica que possibilita o inter-relacionamento das entradas lexicais do banco de dados. A criação de portais e de sites interativos - como blogs, páginas Wikipedia ou o uso de mídias sociais, o uso de *podcasts*, Skype e programas de mensagem de texto – é também um assunto abordado. No caso deste capítulo, em particular, mais relevante do que o panorama sobre os diferentes tipos de tecnologia que podem ser empregados em prol da manutenção/revitalização de uma língua é a discussão sobre a importância da tecnologia ser uma ferramenta domesticada e usada junto com a comunidade (Holton 2011: 395), que dificilmente usará uma plataforma que não for desenvolvida:

“All of these experiences speak to the fact that technology for language maintenance and revitalization cannot be viewed as a one-off activity. Rather, as discussed above, technology support must be integrated into the larger context of community language efforts. Technologies must be continually revisited and updated as standards and platforms evolve. If undertaken in a collaborative environment, technology evolution itself can actually contribute to language maintenance by requiring continual engagement with technology by a community of language activists.”

(Holton 2011: 397)

A quarta parte é intitulada “Desafios” e, nela, quatro artigos exploram a relação entre desenvolvimento econômico e línguas minoritárias (“*Endangered languages and economic development*” por Wayne Harbert), o treinamento de pesquisadores para o trabalho de documentação (“*Researcher training and capacity development in language documentation*” por Wayne Harbert), os espaços que as línguas minoritárias têm ocupado (“*New roles for endangered languages*”, por Máiréad Moriarty) e o processo de estruturação de um projeto de documentação (“*Planning a language-documentation project*” por Claire Bower). Algumas considerações e conclusões devem ser sublinhadas por ser valiosas para jovens pesquisadores que estão iniciando o trabalho nesta área e para pesquisadores mais experientes.

Moriarty trata dos espaços que línguas minoritárias têm ocupado para além das comunidades, com particular atenção para a presença nas mídias e na cultura popular. Este aspecto está diretamente relacionado, segundo a autora, à importância de difundir essas línguas entre os membros mais jovens das comunidades, que são os que estão mais próximos das novidades tecnológicas. Ainda que existam questões básicas que devam ser de conhecimento do linguista envolvido nesse tipo de projeto (discutidas por Bower 2011 e Harbert 2011), é também necessário que o profissional que atue nesta área esteja atento a inovações do campo e que possa integrá-las de forma colaborativa com membros que tenham diferentes atuações na comunidade e, em particular, com especial atenção aos mais jovens que irão, progressivamente, conduzir um projeto de revitalização ao sucesso.

Em linhas gerais, o livro *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*, apesar de ter sido publicado em 2011, é ainda uma excelente introdução a diferentes aspectos do já vasto campo de teorias, metodologias, pesquisas e experiências associadas ao universo das línguas minoritárias e ameaçadas. É uma leitura indispensável para linguistas que estejam iniciando trabalhos nesta área, dado seu caráter didático. O leitor é introduzido a novas noções e novos termos através de explicações acessíveis, inclusive, a não-especialistas. Os capítulos das quatro partes do livro explicitam as dimensões tanto das questões técnicas inerentes aos processos de documentação e revitalização, quanto reflexões e possíveis soluções relativas a um conjunto de problemas que afloram da natureza do trabalho e da interação de aspectos linguísticos com fatores culturais e sócio-políticos.

Nesta resenha, procurou-se salientar questões que devem ser consideradas por pesquisadores já engajados, de alguma maneira, em atividades de documentação e revitalização. Reitera-se aqui os pontos particularmente relevantes para este público: 1) a necessidade de se entender o processo de revitalização como um processo essencialmente colaborativo, onde a capacitação do pesquisador indígena deve ter um objetivo independente dos interesses do pesquisador associado ao projeto; 2) a necessidade da constante atualização de tecnologias e métodos, junto com a garantia de interoperabilidade entre plataformas, para evitar, ou minimizar, a perda dos materiais documentados; 3) a importância de não perder de vista as dimensões não linguísticas do processo, tanto de documentação como de revitalização; 4) a atenção às diferentes variedades de fala. Muitas vezes o trabalho de registro e salvaguarda se concentra nos gêneros considerados ‘tradicionais’, dada o alto risco de seu rápido desaparecimento devido à idade avançada dos falantes que dominam certas áreas de conhecimento e as artes verbais. Com isso, a diversidade ‘interna’, constituída por dialetos de menor prestígio ou ‘misturados’, assim como a emergência de línguas crioulas, acaba sendo excluída ou é relegada às margens da documentação. Este alerta vale também para o trabalho no Brasil, onde ainda sobrevivem vários contextos de multilinguismo e onde novas línguas, construídas e reivindicadas por povos emergentes do silenciamento colonial, surgem para serem conhecidas e fortalecidas.

Referências

AUSTIN, P.; SALLABANK, J. *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FRANCHETTO, B.; NONATO, R.; CAMARGO, L. Language revitalization across the South Pacific. *Proceedings of the 18th FEL conference*. Ed. by Patrick Heinrich and Nicholas Ostler, 2014.

FRANCHETTO, B.; GODOY, G.; ALVES, W.; BALKOVA, K. *Guató*. Disponível em: <<http://nupeli-gela.weebly.com/guatoacute.html>>

HINTON, L.; HALE, K. (eds). *The green book of language revitalization in practice*. Leiden/Boston: Brill, 2001.

HINTON, L.; VERA, M.; STEELE, N. *How to keep your language alive: A commonsense approach to one-on-one language learning*. Berkley: Heyday, 2002.